
BRASIL DO FUTURO

Visões e Propostas das
Escolas Particulares



BRASIL DO FUTURO

Visões e Propostas das Escolas Particulares

Brasília
2018

@2018. FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FENEP

Federação Nacional das Escolas Particulares

Sede:

SRTVS Qd.701, bloco 02,

Centro Empresarial Assis Chateaubrian

Salas 207 a 213- Brasília-DF

contato@fenep.org

(61)3225-3515

<http://fenep.org.br/>

APRESENTAÇÃO

As escolas particulares aportam contribuição decisiva para o desenvolvimento do país. As instituições de ensino particulares possuem cerca de 15 milhões de estudantes matriculados, sendo nove milhões na educação básica e seis milhões na educação superior. O setor emprega mais de 2,5 milhões de trabalhadores formais. Com reconhecida qualidade, o ensino particular é o esteio do crescimento do capital social do país, se constitui em uma grande parceria para as famílias, a sociedade e o próprio governo.

Com a proximidade de eleições para presidente, governadores e parlamentares (federais e estaduais), a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e os seus sindicatos estaduais (SINEPE) assumem a obrigação de colaborar no processo de construção de visões e propostas para o país.

O documento que ora apresentamos é sintético e objetivo. Não tem a pretensão de abarcar todo o universo de temas de interesse, seja em aspectos gerais do país, seja em relação à própria Educação, e nem de fazê-lo aqui com a profundidade de debates que diversos temas citados merecerão oportunamente.

Assim, o escopo ficou direcionado a aspectos que interferem diretamente na capacidade de avançarmos no nosso grande desafio da Educação com qualidade. O documento inicia por uma visão geral de aspectos econômicos e institucionais que se projetam em uma agenda de Estado, avançam para questões críticas associadas à construção de um ambiente de negócios fértil para o desenvolvimento das empresas, associações e fundações especialmente as instituições de ensino particulares, e chegam à temática da Educação, onde é preciso realmente pensar novos modelos e abordagens que permitam ao país dar o salto qualitativo e de eficiência e eficácia necessário para a construção de seu futuro.

Este documento está organizado em onze eixos que incorporam as propostas do setor, alguns dos quais subdivididos, nos quais além da leitura da FENEP e dos SINEPE, são agregadas ideias gerais que direcionam propostas do setor.

A partir deste documento, pretende-se difundir as discussões e posicionamentos aqui presentes por meio de um amplo trabalho de envolvimento e comprometimento das instituições particulares de ensino. O setor tem a obrigação de ampliar cada vez mais seu protagonismo em direção a uma sociedade melhor e de plena cidadania. Nosso objetivo é apoiar visões e fomentar discussões que ajudem a redirecionar o país, e no qual as nossas instituições de ensino particulares podem contribuir cada vez mais.

Junho de 2018

Ademar Pereira

Presidente da FENEP

Sumário

Desafios estruturais em uma agenda de Estado	3
<i>Instituições Sólidas, Crescimento Econômico e Qualidade de Vida da População.....</i>	<i>3</i>
1. Redução e Reforma do Estado	3
2. Educação, Segurança e Saúde de qualidade.....	5
3. Reforma Política	6
4. Combate à Corrupção.....	7
5. Reforma da Previdência	7
6. Reforma Tributária	8
7. Novos avanços trabalhistas.....	9
8. Segurança Jurídica e Burocracia Enxuta	11
Desafios de uma agenda de Educação para o futuro	12
<i>Superar a baixa qualidade e ineficiência na Educação</i>	<i>12</i>
1. Desafios qualitativos da Educação.....	13
2. Desafios estruturais da Educação	18
3. Fortalecimento da educação pública através do setor privado.....	21

Desafios estruturais em uma agenda de Estado

Instituições Sólidas, Crescimento Econômico e Qualidade de Vida da População

O Brasil vive um período histórico marcante.

Do ponto de vista político institucional, o país assiste à condenação e prisão de algumas de suas principais lideranças políticas decorrente de graves desvios e condutas não republicanas. Ainda que com deformações a serem corrigidas, o país tem uma democracia sólida e instituições em pleno funcionamento.

Sem grandes ilusões, mas com otimismo, a sociedade brasileira espera por um novo ciclo. É importante consolidar o fim da impunidade. É fundamental eliminar o patrimonialismo que domina o Estado e as instituições, afastando a cultura de apropriação desses espaços por pessoas para proveito próprio.

No campo econômico, a falta de enfrentamento da crise fiscal, associada a um ambiente hostil ao empreendedorismo e a uma crescente insegurança jurídica foram alguns dos componentes que levaram o país à sua mais grave crise econômica. Felizmente, o Brasil começa a dar sinais de superação desse momento e espera que o novo ciclo de Governo consiga adotar as medidas necessárias ao seu desenvolvimento com adoção de políticas de Estado e não de governo, sobretudo na Educação.

O crescimento econômico depende essencialmente de condições macro e microeconômicas, construídas a partir de políticas públicas sustentáveis, capazes de garantir ambiente de estabilidade econômica e estimular o investimento de forma segura e permanente.

Assim, não há mais espaços para aventuras nas políticas monetária e fiscal.

É preciso enxugar o Estado e cortar seus privilégios, de forma a reduzir seu peso sobre a sociedade. Essa é a mudança estrutural que permitirá superávits fiscais, taxas de juros mais baixas, inflação sobre controle e maior produtividade da economia.

A economia organizada e pujante é o elemento determinante do desenvolvimento econômico, social e da qualidade de vida da população. Políticas públicas que estimulem o empreendedorismo e o emprego formal, associadas a boas regulações, e políticas sociais adequadas permitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais carentes e necessitadas do apoio do Estado.

1. Redução e Reforma do Estado

VISÃO

O Estado brasileiro é caro, ineficiente e ineficaz.

A estrutura de Estado é gigantesca, com 5570 municípios, sendo mais de 3.000 destes com menos de 20.000 habitantes. Em cada município há uma onerosa estrutura governamental e política, que drena os recursos para alimentar as relações de poder, reduzindo às possibilidades de destiná-los ao bem-estar da população.

Os estados federados têm papel limitado, mas mantêm estruturas superdimensionadas, com número excessivo de secretarias e cargos em comissão.

O excessivo tamanho do Estado contribui para desejos patrimonialistas e estimula a corrupção.

O Estado oferece muitos privilégios aos servidores ativos e inativos, que destoam da realidade do mercado de trabalho, provocando disparidades com marcas de injustiça em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

A administração pública deve ser direcionada para uma boa prestação de serviços à sociedade e à gestão da coisa pública. Porém, o que se observa especialmente nos serviços promovidos diretamente pelo Estado é a sua baixa qualidade em geral, com alto custo unitário para a sociedade. A eficiência do Estado brasileiro, nos seus diferentes níveis, está localizada apenas no processo de arrecadação tributária, sempre procurando alternativas para aumentar a tributação.

Para aliviar o problema, a crescente retirada do Estado de diversos segmentos de atividades econômicas permitiu avanços expressivos no acesso da população a serviços de melhor qualidade, como no caso da telefonia, saneamento, energia, estradas, entre outros. Avanços também foram obtidos com a terceirização de serviços, que reduziram custos e ampliaram sua disponibilização.

O Estado é deficitário, apesar da alta carga tributária sobre a população. Neste sentido, o Estado tem sido um peso para a sociedade e tem sido um freio para o desenvolvimento do país e não consegue oferecer serviços públicos de qualidade, sobretudo na educação, saúde e segurança.

PROPOSTAS

- Enxugamento geral do Estado concentrando suas atividades em regulação e fiscalização.
- Redefinir o papel institucional dos estados e municípios.
- Impedimento de criação e redução do número de municípios, com limite mínimo de habitantes, com a criação de subprefeituras distritais e restrição do número de secretarias municipais, bem como da estrutura administrativa e dos custos.
- Cumprir o teto constitucional de pagamento de salários para os três poderes.
- Estabelecer percentual decrescente de gasto com pessoal.
- Reduzir o número de servidores, especialmente os comissionados.
- Procurando efetivar nos cargos de segundo escalão para baixo servidores efetivos devidamente qualificados.

- Corte de privilégios e patamares de salários compatíveis com a iniciativa privada, com políticas meritocráticas e de estímulos à eficiência dos servidores.
- Terceirização de atividades, com redução de custos e ganhos de eficiência e qualidade.
- Redução dos excessos de burocracia no setor público.
- Órgãos de controle devem obrigatoriamente ser orientadores de boas práticas legais e seguras.

2. Educação, Segurança e Saúde de qualidade

VISÃO

O Estado brasileiro, em geral, provê serviços de baixa qualidade e elevada ineficiência. Destaque para os casos da Educação, Segurança e Saúde, pilares básicos do bem-estar de uma sociedade que deseja ser evoluída e justa.

Apesar dos crescentes orçamentos destinados às áreas, os resultados qualitativos têm sido pífios, e os indicadores apontam apenas para o aumento da ineficiência dos gastos. Mostrando que, por vezes, a solução está na qualidade da gestão dos recursos do orçamento existentes.

A experiência das últimas décadas mostra que o país não vai conseguir enfrentar seus crescentes desafios e avançar nestes campos ancorados na promoção direta destes serviços pelo Estado.

Aliado a isso, não há fronteira fiscal para expansão e qualificação dos serviços.

A situação não é pior porque expressiva parcela da população que paga impostos se dispõe ainda a custear a mensalidade escolar de seus filhos, o plano de saúde da família e, por vezes, até sua segurança patrimonial.

De forma esquizofrênica, o Estado ainda tributa estas atividades particulares, reduzindo seu potencial alcance e encarecendo para milhões de cidadãos estes serviços que o Estado não fornece de forma adequada.

PROPOSTAS

- É necessário um choque de gestão, profissionalização e moralidade desses serviços quando desenvolvidos pelo Estado.
- Adoção obrigatória de código de conduta e de integridade e *Compliance*.
- Diversos desses serviços precisariam continuar sendo custeados pelo Estado, para atendimento à população de menor renda, mas serem prestados por empresas privadas, com boa regulação apta a garantir não só padrões de eficiência e qualidade, mas igualmente garantindo economia e melhores resultados.
- Promover a desoneração da folha de pagamentos e da excessiva carga tributária dos setores e atividades que desoneram o Estado de ônus financeiros, os quais recairiam

diretamente sobre os cofres públicos, caso não fossem promovidos pelas entidades privadas. A promoção e ampliação da atuação das escolas particulares no espaço constitucionalmente determinado como ônus do Estado traria redução gradativa de gasto público e do funcionalismo

- Ampliar a possibilidade de utilização dos gastos com educação para desoneração do pagamento do imposto de renda, como forma de estímulo à busca da universalização do acesso à educação em todos os níveis.
- Pagamento de mensalidades escolares por estudantes que ingressam no ensino superior público e que tenham condições em função da renda familiar.
- Aprovação de lei que permita a utilização do FGTS para quitação de débitos coma escola particular e viabilização da permanência do aluno.

3. Reforma Política

VISÃO

A estrutura política do país é disfuncional, com uma miríade de partidos que atraem interesses diversos. A busca de vantagens, em muitos casos, torna a atividade política um negócio. Faltam linhas programáticas e sobram vícios, a exemplo de tráfico de influência, fisiologismo, corrupção, entre outros.

Troca-troca partidário e reeleição também são exemplos de fatores com efeitos negativos sobre o sistema político.

As casas legislativas produzem quantidade elevada de leis inúteis ou onerosas para a sociedade.

PROPOSTAS

- Estabelecimento de Cláusula de barreira partidária e de restrições ao troca-troca de partidos.
- Fim da reeleição.
- Eleição distrital para Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores.
- Proposições legislativas somente poderão ser apresentadas por partidos políticos, e não por parlamentares, e deverão vir com análise consistente de impactos econômicos, sociais, ambientais e de mobilidade
- Toda a proposição legislativa deve ser regulamentada com a participação dos setores afetados.

4. Combate à Corrupção

VISÃO

O país avançou muito ao conseguir processar, julgar, condenar e prender, dentro dos ditames do devido processo legal, importantes lideranças políticas que coordenavam estruturas viciadas, que atuavam para desviar recursos do Estado e para se perpetuarem no poder.

Entretanto, sabe-se que a corrupção está disseminada nas diversas esferas de poder e precisa de uma atuação contundente das instituições, além da incansável, constante e diuturna fiscalização e pressão da sociedade.

Existe uma cultura na criação de dificuldades ao setor produtivo, com excessos burocráticos, que acabam formando uma estrutura viciada, inibidora do exercício da atividade empreendedora e produtiva e, por outro lado, indutora de comportamentos irregulares, por vezes ilícitos, no desesperado afã da superação dessas absurdas dificuldades.

PROPOSTAS

- Ampliar as penas relacionadas à corrupção.
- Fortalecer as estruturas de combate à corrupção, acelerando investigações e processos.
- Autorização de prisão após condenação em segunda instância.
- Impedimento do retorno a função diretiva de diretores e presidentes de empresas estatais e privadas que forem condenados em segunda instância.

5. Reforma da Previdência

VISÃO

A Previdência Social é a principal responsável pelo déficit das contas públicas, que cresce fortemente a cada ano e pesa cada vez mais sobre a sociedade.

A Previdência do funcionalismo público é uma das principais fontes do problema, criando déficits insustentáveis, derivados de privilégios inaceitáveis e de um crescimento permanente do quadro de servidores.

Muitas propostas na direção certa foram colocadas, mas não se avançou, apesar da urgência do tema.

Sem priorizar a Reforma da Previdência, nenhuma medida nos diversos campos será suficiente para evitar aumento de impostos e maior travamento da economia.

PROPOSTAS

- Aprovar urgentemente uma forte Reforma da Previdência, com idade mínima, regras de transição suportáveis, regras para acúmulos de benefícios, entre outros temas debatidos.
- Equilibrar a Previdência dos servidores públicos limitando valores de aposentadoria e ampliando contribuição previdenciária dos servidores aposentados, reduzindo de forma progressiva os privilégios.
- Planejar a migração para um sistema de capitalização individual.
- Mudar a base de cálculo da contribuição patronal que no modelo atual (sobre a folha de pagamentos) impede o desenvolvimento e cria distorções no mercado formal de trabalho, o qual não suportará aumentos de alíquotas para fazer frente ao crescimento de custos da Previdência Social.
- Criar estímulos para que o trabalhador em idade próxima à aposentadoria continue trabalhando, proporcionando-lhe benefícios graduais pelo tempo adicional no qual o mesmo não opte pelo pedido da aposentadoria.
- Rescisão automática do contrato de trabalho com a aposentadoria, com proibição de acúmulo caso prefira voltar a trabalhar.
- Aumentar os estímulos à Previdência Privada.

6. Reforma Tributária

VISÃO

O Brasil possui uma elevada carga tributária, aplicada a partir de um sistema tributário cheio de complexidades, diversidades e distorções.

O sistema de tributação no país é regressivo, com peso maior sobre a população mais pobre.

O país é campeão mundial de encargos sobre o emprego formal. Escolheu-se a pior base de cálculo (folha de pagamentos) para financiar a Previdência Social, o sistema S, o seguro acidente de trabalho e até o INCRA. Isso cria imensas distorções no mercado de trabalho e inibe os empregos formais e investimentos. Além disso, traz a Receita Federal para as relações de trabalho, com sistemas burocráticos e cheios de insegurança, a exemplo do eSocial que será um verdadeiro “tiro no pé” ao criar mais dificuldades para as empresas.

O Estado é um “sócio” que está sempre recebendo recursos e penalizando as empresas a partir de qualquer movimento: vendas, investimento, emprego, lucro, crédito, etc.

As decisões recentes do STF mudaram a concepção de que imposto poderia ser base de cálculo de imposto, o que leva a implosão do sistema tributário, com acirramento de conflitos e quedas na arrecadação.

Diversas propostas colocadas se sustentam em bons argumentos técnicos, mas pretendem elevar impostos sobre os setores que mais produzem empregos formais, o que é um verdadeiro contrassenso. A revolução digital e seus reflexos na economia trazem desafios adicionais aos empregos e muitos modelos colocados querem corrigir problemas olhando para o passado e não focando o futuro.

É urgente a realização de uma Reforma Tributária para o país, mas a mesma precisa vir acompanhada de uma reforma do Estado e dos gastos públicos.

PROPOSTA

- Fazer uma Reforma Tributária que simplifique o sistema, podendo inclusive adotar modelos unificados de valor agregado, desde que não traga aumento de carga tributária, especialmente sobre os setores que mais empregam.
- Mudar o modelo de financiamento da Previdência Social, do sistema S, do seguro acidente de trabalho, entre outros, retirando todas as contribuições patronais sobre a folha de pagamentos, adotando outra base de cálculo.
- Necessita-se uma Reforma Tributária que atenda aos desafios do desenvolvimento empresarial e das oportunidades de trabalho e empregos.
- Desonerar as atividades privadas, que utilizam mão de obra intensiva para a prestação de serviços e que desoneram o Estado, a exemplo da Educação Particular, Saúde e Segurança, com estratégia fiscal e de fomento e melhoria desses serviços.
- Permissão para a concessão irrestrita de bolsas de estudos para professores e seus familiares, sem encargos adicionais e insegurança jurídica.
- Instituição de imposto de valor agregado tem que ter alíquotas diferenciadas e estar associado diretamente na redução de tributação sobre a folha de pagamento para os setores de educação, saúde e segurança.
- Para as instituições educacionais, inclusive as de ensino superior, que possam estar inclusas no Simples Nacional, criação de um anexo exclusivo para a educação.

7. Novos avanços trabalhistas

VISÃO

O Brasil tem um grande desafio de geração de empregos formais, haja vista que menos da metade da PEA detém um emprego com carteira assinada. Os índices de desemprego são elevados, com a pressão social parcialmente aliviada pelo trabalho informal ou realização de rendimentos segundos outras fontes alternativas. A geração de empregos depende de investimentos, estímulo a empregar, tributação do trabalho, segurança jurídica, produtividade, entre outros.

O Brasil realizou uma ampla Reforma Trabalhista em 2017. A Reforma atacou o elevado risco de empregar, conseguindo reduzir substancialmente o número de ações judiciais, e trazendo razoabilidade aos pedidos.

A Reforma abordou diversos pontos que trouxeram mais segurança, afastando entendimentos jurisprudências não mais compatíveis como o modelo produtivo do século XXI, como exemplificativamente poderia se citar a reestruturação das formas de concessão de intervalos intrajornada.

A Reforma permite avanços na produtividade, visto que empregadores e trabalhadores podem utilizar a negociação coletiva como instrumento de regulação setorial negociada, flexibilizando e adequando a relação capital-trabalho na medida necessária, aceitável e justa, em face das particularidades de cada setor produtivo e de cada região.

Mesmo com todos os avanços, ainda há muita insegurança quanto à aplicação de pontos da Reforma e sobre as possibilidades de negociar.

PROPOSTA

- É preciso avançar na flexibilização das relações de trabalho e no estímulo à geração de empregos, de forma que o país possa enfrentar seus déficits e desafios adicionais trazidos pela automação e inteligência artificial.
- Ampliar a autonomia das partes no processo de negociação individual e coletiva é um caminho inexorável.
- O país precisa eliminar os encargos sobre o emprego formal, mantendo apenas o que se relacionar a ganhos diretos do trabalhador, a exemplo de FGTS, férias e 13º, mas ainda assim flexibilizando para que possa ser incorporado ao salário mensal, levando benefícios diretos aos trabalhadores com maior maleabilidade de onde gastar ou investir seus rendimentos.
- É fundamental evitar que o eSocial não se torne mais um instrumento burocrático gerador de insegurança para quem gera empregos. Para isso, é importante que perca seu caráter fiscalista e arrecadatário.
- É necessário aprovar mudanças constitucionais que tragam mais clareza e segurança em diversos pontos da legislação, afastando a interferência regulatória do Poder Judiciário Trabalhista.
- Torna-se imperativo reequilibrar e redefinir a forma de atuação das instituições que se encontram inseridas nas grandes discussões das relações capital-trabalho, de forma a que a atuação do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de fiscalização trabalhista seja feita de forma mais conciliadora e promotora de entendimentos e não tanto repressora e fomentadora de insegurança jurídica.

8. Segurança Jurídica e Burocracia Enxuta

VISÃO

A insegurança jurídica e o excesso de burocracia são elementos nefastos presentes no ambiente de negócios e, portanto, no cotidiano empresarial. Toda regulação excessiva e malfeita gera incerteza sobre as regras e pode conduzir a comportamentos inadequados, voluntários ou não.

No Brasil é comum que a regulação de temas ocorra nos três níveis (federal, estadual e municipal), em uma legislação triplicada, eivada de sobreposições e contradições, criando verdadeiros “nós burocráticos e regulatórios”, com os quais as empresas ficam em dificuldades e, por vezes, paralisadas diante de alguns problemas. Os campos tributário e ambiental trazem exemplos destas situações.

O excesso de leis, portarias, normas e outros elementos dos marcos jurídicos, criam na prática um verdadeiro empecilho ao desenvolvimento eficiente do setor produtivo.

Sem dúvida, há regras e exigência burocráticas que se regulam temas importantes como vigilância sanitária, segurança, bombeiros, núcleos regionais de educação, secretaria e conselhos estaduais de educação, etc., mas que por serem excessivas e mal concebidas, travam o dia a dia e a implantação célere de soluções adequadas.

O setor de Educação, assim como os serviços em geral, sofre com excessos de regulamentação que geram dificuldades operacionais e insegurança jurídica. Isso ocorre tanto em temas transversais, quanto nos específicos do setor de Educação. Os problemas ocorrem tanto na esfera federal, quanto nos estados e municípios.

Outro problema sempre presente no país são as diversificadas interpretações judiciais e de órgãos de fiscalização, que por vezes dificultam a vida das empresas, pois muitas vezes estão em contradição com a própria lei. O exemplo trabalhista é o mais clássico, mas direitos do consumidor, tributário e muitos outros apresentam situações semelhantes, inclusive em função de forma de atuação de agentes públicos.

PROPOSTA

- É fundamental que o país busque reduzir com urgência os focos de insegurança jurídica e melhore a qualidade de suas regras, inclusive enxugando-as.
- Os marcos regulatórios devem se concentrar apenas em aspectos gerais das atividades.
- É fundamental eliminar sobreposições nas regulações entre os três níveis de governo, definindo de forma clara as obrigações e responsabilidades de cada uma.
- É imprescindível desburocratizar e tornar mais célere e eficiente os processos administrativos. Neste sentido, sem abrir mão dos objetivos, é necessário rever e simplificar a atuação da vigilância sanitária, corpo de bombeiros, Conselhos de Educação, entre outros.
- É preciso delimitação dos campos de atuação e das margens de interpretação para instituições de fiscalização e controle, bem como para as decisões judiciais.

Desafios de uma agenda de Educação para o futuro

Superar a baixa qualidade e ineficiência na Educação

O crescimento dos gastos por aluno entre 2000 e 2014 foi de 10,1% ao ano. Forte aumento de gastos com a educação pública nos últimos anos não se traduziu em qualidade e tem gerado ineficiência crescente no Brasil, segundo o Banco Mundial.

O Brasil gasta por aluno mais que a média dos países que integram a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com resultados muito aquém dos demais. Em 2012, o Brasil ficou entre os 11% de países com pior desempenho em matemática na classificação do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

Os gastos do ensino fundamental e médio beneficiam mais as classes mais pobres, enquanto os gastos com o ensino superior são destinados, em regra, a uma população mais rica, que teve uma melhor educação básica por estudarem nas escolas particulares, apenas salvaguardado pelas políticas de cotas.

Baixa qualidade do corpo docente e altos índices de reprovação são elementos que caracterizam o sistema. Um percentual de 35% dos alunos do ensino fundamental e médio já repetiu pelo menos um ano. Na conclusão do ensino médio, 45% dos estudantes tinham pelo menos um ano de atraso, enquanto no Chile, apenas 13%.

A idade média de conclusão do ensino médio é de 18,9 anos. Menos de 60% das pessoas chegam aos 25 anos com ensino médio concluído. Ambos os índices estão entre os piores ao comparar com outros países semelhantes.

A evasão no Brasil é de 26%, enquanto que nos países da OCDE é de 4% e nos países comparáveis da região é de 14%.

O Brasil tem uma correlação muito baixa aluno-professor e o índice vem diminuindo, o que faz aumentarem os custos per capita sem qualquer horizonte numa potencial melhoria da qualidade da educação desenvolvida.

São pontuais as experiências que comprovam a possibilidade de sistemas públicos de referência. Calcula-se que o país gaste 62% mais que o necessário para atingir o desempenho atual observado.

A universalização da educação foi um grande feito para o país e hoje praticamente todas as crianças de 7 a 14 anos têm acesso à escola. Entretanto, ela teve efeito limitado devido as graves deficiências de qualidade.

A formação de professores, em geral, tem deficiências. Cursos de licenciatura são tidos como insuficientes e o magistério é desprestigiado. Além disso, em diversas disciplinas, mais de 30% dos professores não possuem formação adequada para lecioná-las.

O piso salarial é compatível com os de outros países, mas a evolução automática dos salários no Estado leva-o a superar em poucos anos os níveis salariais de outros países do mundo. Os benefícios previdenciários são comparáveis apenas aos de países ricos.

O processo educacional é um grande desafio. Educação é conceito abrangente, que acontece durante toda a vida, enquanto ensino é processo pedagógico, que tem na escola o *lócus* mais relevante.

Educação pessoal é base para qualquer processo de aprendizagem. É preciso que todos os ambientes sociais, em especial a família, contribuam de forma efetiva no processo educacional. Deficiências na Educação tem limitado as possibilidades de avanço do ensino, que ocorre na sala de aula e deriva de uma relação adequadamente construída entre professores e alunos.

É preciso criar políticas públicas que redirecionem e fomentem um sistema educacional eficiente e de qualidade.

O mundo passa por uma revolução tecnológica que permite múltiplas possibilidades de avanços, a partir de sistemas com estruturas de ensino mais ágeis e flexíveis.

Não há dúvidas que a inteligência artificial e a automação trarão impactos concretos para o futuro do Trabalho. Quanto maior a escolaridade, maior a capacidade de absorção e produção de tecnologias, viabilizando investimentos e empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

O Brasil tem desafios inadiáveis no campo da Educação e precisa apostar em soluções eficientes e que dão certo. O setor de escolas particulares tem condições de aportar grandes contribuições nesta necessária inflexão.

1. Desafios qualitativos da Educação

a. Ensino Fundamental I e o Analfabetismo funcional

VISÃO

O país tem índices alarmantes de analfabetismo funcional, que atinge quase a metade da população.

A reprovação elevada foi substituída pelo “ciclo básico” de aprendizagem, que na prática não tem se traduzido na absorção de conhecimentos e desenvolvimento cognitivo necessário. O ciclo de alfabetização, na prática, está ocorrendo em três anos.

No setor público, essas etapas são de responsabilidade das redes municipais, que em geral são deficientes, mal administradas e desfocadas do verdadeiro sentido do ensino fundamental I que seria alfabetizar em português e matemática. Ou seja, é preciso fazer o básico bem feito, mas, ao não conseguir passar os conhecimentos básicos, seus alunos encontram grandes dificuldades ao longo dos anos seguintes, num círculo vicioso.

A nova base curricular novamente traz uma mudança na estrutura de ensino tornando-a mais real, moderna e em sintonia com as referências mundiais. Entretanto, apenas a

sua implantação não resolverá o problema da evasão e do analfabetismo funcional, pois os conhecimentos básicos não têm sido suficientemente absorvidos.

A educação acontece na relação aluno - professor e é preciso fazer diferença na sala de aula. É preciso que os próprios professores entendam e concordem com a importância desta construção. Grande parte da qualidade do ensino oferecido pelas escolas particulares em todo o país deriva da capacidade de sustentação desta relação.

PROPOSTAS

- É preciso garantir que a maioria dos estudantes aprenda a ler no primeiro ano, e que somente crianças efetivamente alfabetizadas possam avançar para o segundo ano do ensino fundamental, sendo necessário realizar todos os reforços para ajudar no processo.
- Deve-se promover a identificação das dificuldades inerentes ao início do processo cognitivo, estruturando as escolas com corpo técnico para identificar e buscar solução para os principais problemas.
- Definição de um processo de avaliação, que identifique e corrija os caminhos do aprendizado, para garantir que todos os alunos leiam e escrevam.
- Alteração do sistema de avaliação para que passe a valer para os alunos, ou seja, a nota da Provinha Brasil deve levar o estudante para a série ou ciclo seguinte. A exemplo do ENEM, a nota seria do aluno.
- As avaliações do SAEB, Provinha Brasil e ENEM sejam censitárias, aplicadas em todas instituições de ensino e com os custos sendo da obrigação do Estado.
- Importante obrigar, dar incentivos e ampliar as matrículas na pré-escola, desde a creche para ajudar no processo de formação e educação dos alunos.
- Ampliar a contratação de escolas particulares pelos municípios e estados para o desenvolvimento da educação básica, inclusive através de modelos de parceria público-privada na educação
- Criar programa social de concessão de *vouchers* para famílias de classes sociais menos favorecidas, para ingresso em escolas particulares que demonstrem qualidade em seus processos e projetos pedagógicos.

b. Ensino Fundamental II e ensino médio - Evasão, repetência e desperdício de recursos.

VISÃO

Os estudantes costumam chegar nesta fase com comportamentos inadequados, derivados de dificuldades na educação doméstica e de seu ambiente social, que se refletem nos relacionamentos com colegas, professores e demais profissionais da escola. Além disso, muitos demonstram dificuldades em conhecimentos básicos para avançar na aprendizagem.

O índice de evasão começa a atingir níveis alarmantes no Ensino Fundamental II, com evasão de um terço dos alunos até o nono ano, com estatística altamente definida pelos índices das escolas públicas.

É função dos estados administrar essa etapa do ensino fundamental. Para gerir isso, existem grandes estruturas de prédios, professores, secretarias, diretorias, núcleos de educação, conselhos de educação, etc. Somente no estado do Paraná, por exemplo, a Secretaria de Educação possui cerca de 6.000 funcionários, para um universo de 2.400 escolas de ensino fundamental e ensino médio. Isso se repete em todos os estados, com estruturas espalhadas pelos municípios das diferentes regiões, mesmo em municípios pequenos e com poucos alunos.

O ensino médio é visto no país como um rito de passagem, no qual as famílias e estudantes preocupam-se basicamente com a faculdade a ser cursada. Observa-se uma baixa convergência das propostas pedagógicas às necessidades do mundo real com grande quantidade de conteúdos com baixa absorção, devido à fraca base de conhecimentos, e limitada utilidade, sempre com foco academicista. O ensino médio torna-se então uma verdadeira maratona de dificuldades, com grande índice de desistência e/ou conclusão do ciclo com aprendizado insuficiente

O Brasil não tem um programa efetivo de preparação para o mundo do trabalho. É fundamental habilitar os alunos para processos produtivos cada vez mais complexos e integrados.

O novo ensino médio traz uma proposta inovadora, moderna e atendida com o mundo contemporâneo, mas é preciso discutir e definir o acesso ao ensino superior, que também precisa ser redefinido para atender às necessidades dos jovens e do país. Dessa forma, o ENEM tem que ser imediatamente modificado para atender esta demanda e em consonância com as escolas.

PROPOSTAS

- Municipalização da educação básica em todas as cidades com menos de 50 mil habitantes, com a transferência de estruturas, professores e recursos.
- Os estados devem se dedicar a avaliação e apoio à educação básica, bem como fomentar e manter escolas de formação técnica, respeitando a vocação regional.
- Os estados devem fomentar e manter instituições de pesquisa, desenvolvimento pedagógico e formação de professores, buscando aperfeiçoar os recursos e definir um programa de formação para cada uma de suas áreas, respeitando as vocações regionais.
- Necessário separar os estudantes por suas competências e interesses, criando conexões com as possibilidades no ensino superior, diminuindo as incertezas e inseguranças nesse nível de ensino.
- Necessária a rápida adoção da NBCC no ensino médio, nivelando a adequação de currículos para o acesso ao ensino superior, para que seja em trajetórias mais acadêmicas ou vocacionais.

- Importante combinar estudos com oportunidades de aprendizagem profissional. Para isso, deve-se oferecer estímulos efetivos às empresas que aceitem desenvolver parcerias e ampliar a profissionalização dos jovens.
- Fundamental criar programas para qualificação de professores da parte diversificada.
- Necessário estimular e acelerar projetos de absorção de tecnologias nos processos pedagógicos, tanto nas escolas públicas, quanto nas particulares, capazes de desenvolver estes processos de forma mais efetiva.
- Ampliar a contratação de escolas particulares pelos Estados para o desenvolvimento da educação básica, em especial o ensino fundamental e o ensino médio.
- Focar, principalmente no ensino médio, o aprendizado baseado em projetos multidisciplinares e integrados as questões profissionais e com o olhar apontado para o futuro que se apresenta.
- Permitir que a avaliação dos sistemas elaborados pelo governo seja de acesso às escolas particulares, sem ônus, mas para acompanhamento e efetiva colaboração de melhoria na qualidade de ensino.
- Participação do setor particular nos exames internacionais.

Ensino Superior – Acesso e preparação para o futuro de trabalho

VISÃO

Ensino superior público tem a qualidade de seus resultados ancorada na boa base de alunos que recebe das escolas particulares.

O custo médio por aluno nas universidades públicas é muito superior à média de países desenvolvidos, e mais de três vezes mais caros que a média do ensino particular brasileiro.

O Brasil conseguiu expandir fortemente o ensino superior graças às instituições particulares, que respondem por cerca de 80% das vagas, e com indicadores de aprendizado significativos, além de alcançar regiões longínquas, inclusive com novas tecnologias.

Políticas públicas inteligentes privilegiaram o uso de recursos públicos para redução de custos de financiamento ou desconto em impostos, viabilizaram esta expansão a um custo infinitamente menor que as universidades públicas, estando estas ações e objetivos bem definidos no atual PNE. Infelizmente, os processos ocorreram em modelos excessivamente regulados e mal gestados, que não impediram problemas na execução, mas que trouxeram muita insegurança.

O Brasil tem imenso desafio com as transformações em curso provocadas pelas tecnologias digitais. O momento exige um ensino superior capaz de preparar os jovens para um ambiente de inovação permanente e capacidade de adaptação. O ensino superior deve ser um ambiente de consolidação de conhecimentos e de preparação para um novo e desafiante ambiente de trabalho.

A pesquisa e desenvolvimento ainda está muito ancorada em estruturas públicas. Muitos recursos são gastos em projetos com baixa conexão com as necessidades da economia e da população. É notório que o sistema de inovação possui baixa integração entre produção de conhecimento e geração de negócios e bem-estar da sociedade. A inovação em produtos e serviços brasileiros está muito abaixo de qualquer comparação, refletidos, por exemplo, no baixo número de patentes brasileiras.

Existe a necessidade urgente de abrir os recursos públicos destinados a pesquisas também para as IES particulares, ampliando a capacidade produtiva das faculdades, centros universitários e universidades, ampliando a produtividade e retorno desses recursos para o bem-estar da sociedade

PROPOSTAS

- É imperativo adequar o ensino superior às transformações no mercado de trabalho, construindo sólida formação e habilidades para o novo mundo digital.
- Revisão do modelo atual das universidades federais e estaduais, com cobrança de valores e criando um sistema de bolsas que permita a expansão de oportunidades para pessoas de diferentes níveis de renda, com apoio público a um menor custo para o Estado. É necessário estabelecer modelos meritocráticos para garantir os benefícios. Possibilitar a contratação de empresas para gestão terceirizada da educação superior.
- Ampliação da liberdade e da autonomia das Instituições de Ensino Superior Particulares para facilitar absorção de avanços educacionais, respeitando a identidade e diversidade das instituições.
- Há necessidade de ter uma política de financiamento estudantil nos moldes, por exemplo, do modelo Australiano, em que o pagamento do financiamento está vinculado ao limite de 20% do salário ou rendimentos do financiado.
- Manter o Programa Universidade para Todos que demonstrou ser uma política eficiente de inclusão social.
- Promover a inclusão social de alunos com deficiência no ensino superior.
- Aprimorar o Fies de forma permitir que vagas oferecidas sejam preenchidas, abrindo novas oportunidades de financiamento estudantil.
- Respeitar a autonomia universitária, a coexistência e entre IES públicas e particulares e o pluralismo de projetos pedagógicos.
- O sistema de avaliação deve ser um processo que privilegie a oferta de qualidade, considerando a diversidade de IES, das necessidades regionais e de mercado de trabalho.
- Estimular as diversas modalidades de oferta de cursos e disciplinas, permitindo assim a flexibilidade de estudos do aluno.
- Estimular a internacionalização de estudos com a validação das disciplinas cursadas no exterior por instituições de ensino devidamente credenciadas.

- Incentivar a instalação e criação de IES nas cidades e municípios do interior, possibilitando que a população em idade estudantil não ter que se deslocar para os grandes centros.
- Consolidar os cursos na modalidade à distância como forma de educação de qualidade.
- Criar uma cultura de valorização dos professores.

2. Desafios estruturais da Educação

a. Incorporação de tecnologias e metodologias

VISÃO

As novas tecnologias criam múltiplas possibilidades de melhorias na gestão e nos processos pedagógicos nas escolas, com alto potencial de refletir na melhoria dos indicadores de desempenho.

Através da tecnologia, é possível melhorar em alta escala a qualidade do ensino, inclusive alcançando as regiões mais longínquas e desprovidas de acesso a soluções pedagógicas.

As evoluções tecnológicas exigem mudanças e produzem impactos de diversas dimensões: projeto pedagógico, infraestrutura, formação docente, avaliação e gestão.

O setor público demonstra baixa capacidade e velocidade de absorção das inovações.

PROPOSTAS

- Maior liberdade às escolas para inovar na absorção das tecnologias dentro de seus desafios pedagógicos e de gestão, estimulando a ampliação do uso dos meios digitais.
- Desenvolvimento de soluções tecnológicas que ampliem o interesse e engajamento dos estudantes e ajudem os pais no acompanhamento.
- Elaboração de pacotes metodológicos que reforcem a formação dos professores e permitam acompanhar sua evolução.
- Estímulo e fortalecimento da criação e utilização de soluções pedagógicas.
- Estimular e fomentar a adoção de metodologias ativas.
- Criar ilhas de desenvolvimento de startup em escolas de ensino médio, nas profissionalizante e no ensino superior.

b. Qualificação de professores

VISÃO

Um dos graves problemas da educação no país está na formação de professores, que em muitos casos, além de deficiências de conteúdo, tem dificuldades na própria aplicação do processo pedagógico.

Outro problema está na dificuldade de premiar o mérito. Gratificações associadas ao desempenho de alunos por vezes têm gerado demandas jurídicas, com condenações para incorporação à remuneração de todos.

Os docentes ficam desmotivados por processos mais associados à antiguidade, e não à eficiência em suas carreiras.

PROPOSTAS

- Reforço à qualidade do processo de formação de docentes, tanto em aspectos de conteúdo, quanto na construção de habilidades e competências para aplicação dos sistemas de ensino, especialmente os que envolvem a preparação dos alunos para o trabalho.
- Criação de mecanismos que facilitem a adequação de conteúdos e sistemas pedagógicos às realidades, necessidades e características dos alunos.
- Ampliação da profissionalização dos professores frente aos desafios e abertura que as novas regulações permitem e estimulam de relação entre o ensino e o mundo do trabalho.
- Estímulo a sistemas meritocráticos, exigindo processo de avaliação permanente, fundamentado em formação continuada e desempenho de alunos e do conjunto escola

c. Corporativismo

VISÃO

O setor de educação sofre com a forte contaminação ideológica, com sindicalismo refratário a soluções que privilegiem o mérito, o esforço e a qualidade.

As representações de professores em diversas situações são dominadas pela politização e partidarização que nem sempre refletem a visão e o compromisso dos profissionais e por vezes prejudicam as possibilidades de melhorias na educação, em especial na gestão pública.

PROPOSTAS

- É preciso desmontar sistemas de ocupação política e ideológica das estruturas públicas e promover uma estrutura com compromisso concreto com a qualidade da educação.
- Acabar com a estabilidade e exigir níveis mínimos satisfatórios de desempenho.

d. Gestão de Escolas e dos sistemas de ensino

VISÃO

Diretores de escolas públicas têm pouca autonomia, se submetendo a imposições externas e internas, dos professores e dos alunos.

Diretores são escolhidos a partir de processos políticos, por indicações ou eleições com distorções para escolha do quadro mais qualificado para a função.

Os professores gastam apenas cerca de 70% de seu tempo em sala de aula ensinando, quando as melhores práticas internacionais consideram que deveria ser 85%.

O índice de absenteísmo de professores no país é muito elevado (em SP é de 16%) em comparação com outros países (EUA é de 5%), com muitas licenças concedidas por motivos não verificáveis.

Há quantidades excessivas de estruturas burocráticas de Estado e conselhos que concentram atenções e energias que deveriam estar mais focadas para a sala de aula.

PROPOSTAS

- Acabar com eleição de diretores e definir a escolha por perfil a partir de conselho escolar, que contrata o diretor, eliminando nomeação política. O conselho escolar deve ser eleito pela comunidade, como no modelo implantado na Austrália e Nova Zelândia, e sem a participação dos professores e funcionários das escolas.
- O profissional que seja escolhido pela comunidade ou pelo conselho escolar deve ter formação em gestão escolar ou experiência comprovada em administração de estabelecimentos ou gestão de negócios
- Maior autonomia financeira, administrativa e pedagógica para a escola, com responsabilidade associada.
- Maior autonomia para decisão e escolhas por parte dos diretores das escolas. A direção deve ter dotação orçamentária, autoridade para selecionar os professores (mesmo os concursados) e redefinir ou refazer o estatuto da escola, visando ajustar à realidade e aos anseios da comunidade, sem cerceamento por imposições de professores e alunos.
- Definição de fundo, com valor por aluno, para que cada escola possa gerir sua manutenção, limpeza e investimentos em infraestrutura, com orientações e metas. Mais flexibilidade de uso dos recursos pela própria escola e mais recursos para os locais mais carentes.

- Criação de estímulos para que a sociedade contribua com a escola para financiar projetos específicos de cada comunidade.
- Criação de fundo para estruturação de projetos educacionais e fortalecimento do trabalho pedagógico.
- Desenvolvimento de políticas nacionais para melhoria da gestão escolar e na criação de instrumentos de avaliação de uso sistemáticos e regras de incentivos, estimulando e premiando o melhor desempenho.
- Vinculação nas escolas públicas da remuneração e da estabilidade ao desempenho, assiduidade e a outros indicadores e mecanismos de monitoramento e controle.
- Estabelecimento de bônus para professores e funcionários em função do desempenho da escola, considerando a assiduidade e eficiência individual.
- Definir parâmetros máximos de pessoal nas secretarias estaduais de educação, para funções burocráticas e de controle, focando os recursos humanos na escola.
- Eliminar da estrutura municipal todos os conselhos de educação e as excessivas estruturas burocráticas das secretarias, focando os esforços na escola, definindo um número básico de funções administrativas nas secretarias de educação.
- Incluir a rede particular de ensino em Conselhos e Órgãos regulares.

3. Fortalecimento da educação pública através do setor privado

VISÃO

A escola particular é um sonho de consumo de pais e alunos, um desejo por uma educação melhor, em especial, de classes mais baixas. Entretanto, o Estado onera o ensino particular, dificultando o acesso.

O gasto por aluno de uma escola pública equivale, em muitos casos, ao de escolas particulares de excelente desempenho.

Ensino superior público representa gasto elevadíssimo, sendo um instrumento de política pública altamente regressivo, ao dar ensino gratuito a quem pode pagar.

Esse gasto vem crescendo, por aluno, em cerca de 5% reais ao ano desde 2010.

Alunos de universidades federais custam ao Estado em média R\$40.900,00/ano, o que corresponde a aproximadamente três vezes o de universidades particulares, cuja média está entre R\$12.600 (sem fins lucrativos) e R\$14.850 (com fins lucrativos).

O maior custo por aluno da universidade pública não se reflete em maior valor agregado para os graduandos em comparação aos de outras universidades, ao se considerar o incremento de desempenho frente à base de conhecimentos iniciais. Ou seja, o aluno da universidade federal chega e sai melhor formado, mas a agregação é em níveis

semelhantes e muitas vezes até inferiores aos alunos das instituições particulares, que têm um custo muito menor.

O índice de acesso à educação superior é insuficiente, mas recursos gastos poderiam garantir melhores condições para que muitos tivessem acesso, desde que estes recursos públicos fossem mais bem distribuídos e privilegiassem a educação realizada nas instituições particulares.

O país precisa alocar melhor os recursos do ensino superior, privilegiando bolsas e financiamento subsidiados a alunos com menor renda para viabilizar seu ingresso em instituições públicas ou particulares. Esse processo é requisito para alcançar uma expressiva elevação do capital social do país.

Há países que já adotam o modelo de educação pública realizado por escolas particulares, com avaliações de desempenho e sistemas bem regulados.

PROPOSTAS

- A eliminação de custos tributários que oneram a educação particular, tendo em vista a elasticidade preço x demanda, poderia ampliar expressivamente o acesso ao ensino particular.
- Contratação de escolas particulares para fornecimento de serviços de educação pública.
- Criação de amplo programa de bolsa ou cheque educação em que os estudantes e seus pais possam escolher a instituição em que querem estudar, no qual quem recebe a bolsa tem que ter índices compatíveis de presença e aprovação.
- Criar um sistema de incentivo à pesquisa, conectado com o setor produtivo, com financiamento público para assuntos nacionais e privado, pelas empresas, visando desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços.
- Estímulos a PPP que permitem maior flexibilidade e otimização do uso de recursos, face a face com a necessidade de desempenhos comprovados.
- Criar sistemas de acreditação independente, capazes de avaliar indicadores de desempenho e resultados.

